

APOGEN apresenta cinco Recomendações para a Presidência do Conselho da União Europeia 2021

Oeiras, 8 de outubro de 2020 – Promover o conhecimento sobre os medicamentos genéricos e biossimilares e desenvolver políticas de mercado competitivas e sustentáveis. Estas são algumas das recomendações apresentadas na e-conference “Valor em Saúde – o Compromisso dos Medicamentos Genéricos e Biossimilares”.

O encontro, promovido pela APOGEN – Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares, juntou vários especialistas à volta do debate sobre o valor em saúde e serviu ainda para a apresentação de cinco Recomendações para a Presidência do Conselho da União Europeia 2021.

Nos últimos nove anos, a **poupança gerada pelos medicamentos genéricos em regime de ambulatório tem aumentado progressivamente.** Contudo, o crescimento não aconteceu “de forma consistente”, apesar de ser “através dos medicamentos genéricos e biossimilares que se conseguem criar situações de verdadeira equidade vertical e horizontal”, com os recursos libertados a darem “um contributo importante para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e para as famílias, para que possam financiar a aquisição de outros bens e serviços”, afirmou **João Madeira, Presidente da APOGEN.**

Apesar de uma segurança e eficácia amplamente comprovadas e confirmadas, e tendo o SNS, como reforçaram vários dos especialistas presentes no encontro, um problema de sustentabilidade, **“continuamos a não usar na potência máxima os efeitos dos genéricos e biossimilares”**, confirma **Hélder Mota Filipe, professor Associado da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa**, a quem coube a tarefa da apresentação das Recomendações, que não mais são do que “considerações sobre o papel que estes medicamentos podem ter, não só a nível nacional, mas também europeu”.

Recomendações para a Presidência do Conselho da União Europeia 2021:

1. **Promover o conhecimento sobre os medicamentos genéricos e biossimilares** através do envolvimento dos parceiros estratégicos, nomeadamente os profissionais de saúde, os doentes e os decisores políticos, **promovendo a autogestão informada dos processos de saúde** e a **melhoria dos níveis de saúde da população**;
2. **Integrar, nos sistemas de prescrição, informação atualizada de suporte à decisão sobre a disponibilidade** dos medicamentos genéricos ou biossimilares, promovendo uma prescrição mais racional e custo-efetiva;
3. **Avaliar as normas de orientação clínica e os algoritmos de suporte à decisão clínica** logo que um medicamento biossimilar ou genérico esteja disponível e **promover a sua adoção**, sempre que se justifique do ponto de vista terapêutico, melhorando os resultados para o doente e/ou promovendo ganhos de eficiência para o sistemas de saúde, nomeadamente para o SNS. É também importante que, logo que haja genéricos ou biossimilares disponíveis, que as **orientações clínicas** possam ser, quase de imediato, **revistas** ajustando-as a estas realidade;
4. **Fomentar a previsibilidade e a concorrência**, por parte dos sistemas de aquisição, garantindo a total execução dos concursos, a reabertura dos processos de aquisição após a entrada no mercado de um primeiro medicamento genérico ou biossimilar e que os prazos de adjudicação incorporem o *lead time* de fabrico;
5. **Desenvolver políticas de mercado competitivas e sustentáveis** que tenham em consideração a viabilidade económica dos fornecedores de medicamentos genéricos e biossimilares e o papel que representam para a sustentabilidade e a preservação do SNS a longo prazo.

No decorrer do encontro falou-se muito sobre oncologia, com **Rosa Giuliani, médica oncologista e responsável pela Public Policy da Sociedade Europeia de Oncologia Médica (ESMO)**, a alertar que, nesta área, “há medicamentos essenciais que, no entanto, não estão disponíveis para muitos doentes. Tem havido muita

discussão sobre os biossimilares, mas, para mim, enquanto profissional de saúde, o que é mais importante é que **os medicamentos biossimilares vão permitir um aumento do acesso e um aumento do acesso a opções de tratamento importantes, contribuindo para a sustentabilidade do tratamento do cancro**”, que, como confirmou **Rui Santos Ivo, presidente do Infarmed**, “representa encargos muito elevados nos sistemas de saúde, com a **perda progressiva de patentes a configurar um potencial de poupança significativo**”.

E falou-se também, pela voz de João Madeira, da **importância do uso das ferramentas digitais para aumentar o acesso aos medicamentos**, com qualidade e sem um aumento dos gastos. O presidente da APOGEN sugeriu, neste sentido, a criação “de um simplex para a área do medicamento”, assim como “o uso mais intensivo de softwares de prescrição, a adoção de folhetos informáticos eletrónicos, a redução da despesa através da eliminação de embalagens teste”, entre outras.